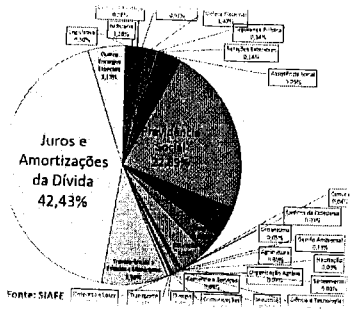


FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Ata – 9 de agosto de 2016 – Reunião de Fundação e Constituição da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular

CÂMARA DOS DEPUTADOS

55ª LEGISLATURA

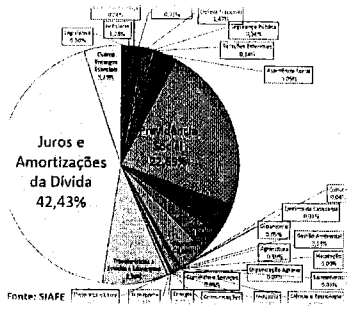
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 2016

Aos nove dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, terça-feira, às dezesseis horas, reuniram-se deputados, senadores, representantes de diversas entidades da sociedade civil, cidadãos e cidadãs, no local denominado Hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados, em Brasília, Distrito Federal, sob a Presidência do Deputado Edmilson Rodrigues, para o **Ato de Fundação e Constituição da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular**.

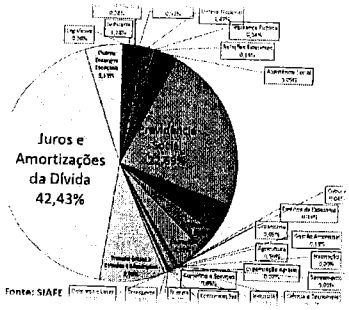
Registraram presença os(as) Parlamentares: Adelmo Carneiro Leão (PT/MG); Alessandro Lucciola Molon (REDE/RJ); Aliel Machado Bark (REDE/PR); André Peixoto Figueiredo Lima (PDT/CE); Edmilson Brito Rodrigues (PSOL/PA); Enio José Verri (PT/PR); Érika Jucá Kokay (PT/DF); Francisco Rodrigues de Alencar Filho (PSOL/RJ); Gilberto Nascimento Silva (PSC/SP); Glauber de Medeiros Braga (PSOL / RJ); Elvino José Bohn Gass (PT/RS); Heitor Jose Schuch (PSB/RS); Henrique Fontana Júnior (PT/RS); Hugo Leal Melo da Silva (PSB/RJ); Ivan Valente (PSOL/SP); Jandira Feghali (PCdoB/RJ); João Alberto Rodrigues Capiberibe (PSB/AP); João Somariva Daniel (PT/SE); Luiz Albuquerque Couto (PT/PB);Luiza Erundina de Sousa (PSOL/SP); Maria do Rosário Nunes (PT/RS); Maria do Socorro Jô Moraes (PCdoB/MG); Nelson Vicente Portela Pellegrino (PT/BA); Patrus Ananias de Sousa (PT/MG); Raimundo Angelim Vasconcelos (PT/AC); Ronaldo Augusto Lessa Santos (PDT/AL); Valtenir Luiz Pereira (PMDB/MT); Wadih Nemer Damous Filho (PT/RJ); e Weliton Fernandes Prado (PMB/MG).

Registraram presença, em lista própria, representantes de entidades da sociedade civil: Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida); Diógenes Bahia Bezerra (Auditoria Cidadã da Dívida); Magnólia Santos Rodrigues (Auditoria Cidadã da Dívida); Sabrina Rodrigues da Silva (Auditoria Cidadã da Dívida); William Almicare Perroni (Auditoria Cidadã da Dívida/Núcleo DF);



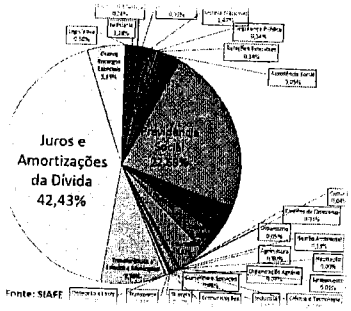
FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Adalgisa Rosa Barbacena (SINDUTE/MG); Adda Maria Bettero Monteiro Lobato Machado (SINDIJUDICIÁRIO/ES); Aderaldo Alexandrino de Freitas (ANDES); Alberto Leove (FENAMP); Alessandra Minadakis (ANAFE); Almeida Pereira (SINTUFCE); Almira Mary C. Araújo (Sindicato Fazenda); Amauri Perusso (FENASTC); Ana Luísa Dal Lago (FENASPS); Ana Vieira Santos (SINDUTE); Antônio Carlos Fernandes Lima Junior (CONACATE/PÚBLICA); Antônio Germano Torres Soares (FEBRAFISCO); Antônio J. Antunes (CBJP); Antônio L. Philomena (ANDES/APROFURG); Antonio Wagner Oliveira (CSB-MT); Apoena Faria (ASFOC–BRASILIA); Arley José Silveira da Costa (ANDES-SN/ADUFF); Atnágoras Teixeira Lopes (CSP-Conlutas); Aureo Cisneiro (SINPOL/PE); Ayrton J.F. Fausto (CBJP); Benedito Carlos Libório C. Araújo (ADUFS-ANDES); Benedito de Jesus Magalhães (SINDCEFET/MG); Breno de Souza Rocha (SINDIRECEITA); Carlos Alberto de Souza (ANFIP); Carlos Roberto dos Santos (FENASPS); Celia Regina P. Marfins (AFALESP); Clayton Avelar (SINDSASC); Cleber Soares (SINPRO/DF); Clerio Lucas Guaitolini (SINASEFE); Cosme Nogueira (CSB); Daro Marcos Piffer (SINAL); Dejanira Freitas Braga (ANFIP); Derly Maria de C. da Siva (SINDUTE); Deusdedit Fermino de Oliveira (SINDIFAZCRE-PR/FEBRAFISCO); Dinara Fraga Del Rio (SINDSPREVRS/FENASPS); Divanzir Chiminacio (CNPL); Dorenice Flor da Cruz (CONTAG); Edemilson Sebastião Gusmão dos Anjos (SINDIFAZCRE-PR/FEBRAFISCO/ASSEFACRE); Éder Fernando da Silva (SINPECPF); Edison L Halbert (INSTITUTO MOSAP/PÚBLICA); Edson Luís da Silva (FEBRAFISCO/SINTEC); Eduardo Renno Zanata (CSP-CONLUTAS); Elcimara Augusto de Souza (FENAJUFE); Elisa Michahelles Dourado (UFF); Emerson Oliveira Queiros (SIFAM); Erlando da Silva Rêses (ANDES-SN); Erlon Sampaio de Almeida (FENAJUFE); Ernesto Luiz Pereira Filho (CSB); Fabricio Lima Garcia (SINDSAUDE/SC); Fatima Mosqueira (PÚBLICA/ASCADE); Fausto de Fátima da C. Medeiros (CSB/SINDIPALMA); Felipe José de Carvalho Corrêa (ANFFA SINDICAL); Felipe Teles Sampaio (SINTUFRJ); Fernando Antônio (SINTUFCE); Fernando Anunciação (FENASPEN); Flávio da Silva Damiani (APRASC); Floriano Martins de Sá Neto (ANFIP); Francisco Lourenço Dias (AFFEMG); Franklin da Costa (IDCB); Gaspar Bissolotti Neto (ASPAL/FENALE); Gilmar Barros Costa (SINASEMPU/GO); Giovani Felipe (SINASEFE/SC); Giovanny A. C. A. Mazzarotto (ASFOC-SN); Gisella Colares Gomes (ASSIBGE/DF); Helder Costa da Rocha (SINDIFISCO-DS/CE); Hélio Campos Freire (SINDAF/PÚBLICA); Heraldo Maciel Franca Madeira (TST); Itamar Kunert Revoredo (CSB/FEBRAD); Ivaneck Perez Alves (CONTAG); Ives A. L. Lucas (AFOCEFE/FEBRAFISCO); Ivone Antenes Peixoto (SINTERGS); Jacqueline Rodrigues de Lima (ANDES-SN); Janaina Marquesini (FESPESP); Janaína Turcato Zanchin (SINASEFE-IFSC); Joanes Machado da Rosa (SINTERGS); João B. Zanardini (ADUNIOESTE); João Pedro Pereira Neto (SINDIFAZCRE-PR/FEBRAFISCO); João Sérgio (SINDIPOL/DF); Joaquim Teodoro Goma (SITESP/FEBRAFISCO); Joel da Harpa (Deputado Estadual/PE); Jomar Mendes Gaspary (SINAFITE/FENAFISCO); Jorge Antônio da Silva Couto (SINDARE/TO); Jorge Torres (FASUBRA); José Alcir Lacerda de Jesus (AFBNB); José Antônio Estros Guedes (SINDISETO/TO); José Ferreira (FESERP/MS); José Francisco Barbosa Oliveira (SINPRO/FENAI); José Gozze



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

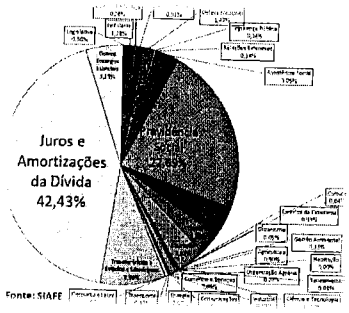
(ANSJ/FENAST/ASSETJ); Josevaldo Pessoa da Cunha (ANDES-SN); Josué Martins (CEAPE-SINDICATO); Jovita José Rosa (CJP/IFC); Julio Bonafonte (CNSP-ANSJ); Lana Bleicher (UFBA/ANDES); Laurenice Maria da Costa Medeiros (SINDIPALMA/CSB); Lauro Yamashita (SINDIFISCO/SP); Leandro Roberto Neves (ANDES-SN); Leonilda T. de Araújo (FNESPF); Letícia Jobert Andrade Melo (AFPESP); Lídia de Jesus (FENASPS); Lídia dos Santos Ferreira de Freitas (SINT-IFESgo); Lilian A. Marques (DIEESE); Lívia Braga Barreto (CONTAG); Luciano Wolffenbuttel Veras (SINDPREVS/SC); Luís Eduardo Acosta (ANDES-SN); Luiz Carlos Ballock (INSTITUTO ALIACA LIVRE); Luiz Carlos Batista (FESERP/MG); Luiz Fernando Reis (ADUNIOESTE); Luiz Fernando Viegas Fernandes (ASSIBGE/DF); Mafran Colares Godinho (SINDISETO); Magda Helena Tavares Chaves (ASCADE/PÚBLICA/FENAFIRC); Marcio R. L. Fortes (SINTUFEJUF); Marcio de Almeida (PT-PARANA/APP); Marcos dos Santos Pereira (SINTRADUJ/SP); Maria Cordélia Costa (SINDUTE); Maria Cristina de Araújo (CORECON/DF); Maria das Graças Oliveira (SINDUTE); Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes (ADUFPI/MNDH); Maria Eugênia da Silva Lacerda Filha (SINDJUS/DF); Maria Helena Garcia Leal (SINTRAJUD); Maria Luzinete Alves Vanzeler (ANDES-SN); Maria Gorethi O. Cunha (SINPRO/DF); Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior (FASUBRA); Marluce Miguel de Siqueira (ADUFES); Marly de Souza Pereira Bertolino (CSPB); Maruchia Mialik (ANFIP); Mauricio Prado (AFFEMG);Mauro Falcão (SINPOL/PE); Milton Rondó Filho (MRE); Moacir Lopes (FENASPS); Nadja Margotti Mendonca (SINASEFE/IFSC); Nidiana Pohl dos Santos (FASUBRA); Oberti Eleandro Mayer (SINASEFE-IFSC); Ogib Teixeira de Carvalho Filho (PÚBLICA/SINDILEGIS/FENAFIRC); José Cezar Alves (SINDILEGIS/PÚBLICA); Paulo Henrique Oliveira Porto de Amorim (SINASEFE-IFSC); Paulo Lindesay (ASSIBGE-SN); Paulo Lino Gonçalves (SINAL); Paulo Rodrigo Alves dos Reis (SINASEFE); Paulo S. G. Olympio (ANSJ e UNIÃO GAUCHA); Pedro da Silva Cavalcanti (FENAPRF); Renato Caldeira Souza (ASFOC-SN); Renato Del Moura (AFPESP); Renato Miranda Barbosa (AFFEMG); Rita Girão Guimaraes (SINAL); Rita Josina Feitosa da Silva (AFBNB); Roberto C. Ribeiro (SINDIPETRO/RJ); Rodrigo Costa (ANDEPS); Rogerio Marques (CNPL); Romulo Spinelli (ANFFA SINDICAL); Ronaldo de Lima Ramos (CONTAG); Rosângela Aparecida Caetano Rodrigues (SINDISPREV/RS); Rosangela Bezerra (SINTUFCE); Rubens Bias Pinto (M. Saúde); Ruy Barbosa da Silva Monteiro Violante (SIFAM/MA); Sali Inês Hildebrando (FENAJUD); Silvanio Bezerra de Oliveira (ANDES/ADUSB); Sirlene Rodrigues Ferreira Castro (SINDIRECEITA); Sônia Cleonice Bonifácio (SINDISPREVRS); Telmo Lemos Filho (ANAPE); Tiago Batista (SINPOL/PE); Tiago Fonseca dos Santos (UEA/AM/SIND/LEA); Ubiratan Machado de Castro Jr (FENAT); Ulande Lopes Casquez (SINDIFISCO); Valdir Bandeira Fiorentin (SINTERGS); Victor José Hohl (CORECON/DF); Vilma O. Lourenço (SITRAEMG); Vilmara Pereira do Carmo (SINPRO/DF); Vitor Brandt Calcanova (SINDIFISCO); William Douglas Santos Cunha (ASFOC-SN); Wilson das Chagas Silva (SINTFEPI/PI), e Zuleika Borges (SINTRAJUD/SP), e cidadãos e cidadãs que não informaram a entidade que representavam: Edmildo Cirilo dos Santos; Erico Rodrigues



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

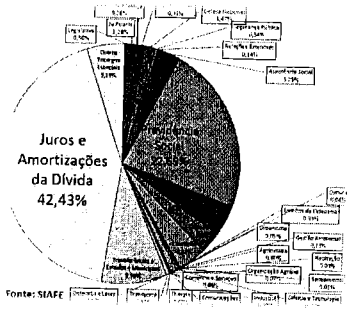
Silva; Foch Simões Jr; Francisco José de Sousa; Gilson Luiz Euzébio; José Alex S. Santos; Maria Machado Brito; Matheus Feres Machado Magalhães; Valeria M. Brasil; e Vicente Fialkoski.

Assinaram a Ficha de Adesão à Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular 235 deputados federais e 25 senadores, a seguir discriminados. DEPUTADOS FEDERAIS: Adail Carneiro (PP/CE); Adelmo Carneiro Leão (PT/MG); Adelson Barreto (PR/SE); Ademir Camilo (PTN/MG); Adilton Sachetti (PSB/MT); Aelton Freitas (PR/MG); Afonso Motta (PDT/RS); Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro (PP/PB); Alan Rick (PRB/AC); Alberto Filho (PMDB/MA); Alceu Moreira da Silva (PMDB/RS); Alessandro Molon (REDE/RJ); Alexandre Serfiotis (PMDB/RJ); Aliel Machado Bark (REDE/PR); Altineu Côrtes Freitas Coutinho (PMDB/RJ); Aluisio Mendes (PTN/MA); André Abdon (PP/AP); Andre Moura (PSC/SE); Angela Albino (PCdoB/SC); Antonio Carlos Martins de Bulhões (PRB/SP); Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP); Arthur Oliveira Maia (PPS/BA); Assis Carvalho (PT/PI); Átila Freitas Lira (PSB/PI); Augusto Coutinho (SD/PE); Augusto Silveira De Carvalho (SD/DF); Bacelar (PTN/BA); Bebeto (PSB/BA); Benito Gama (PTB/BA); Beto Salame (PP/PA); Bilac Pinto (PR/MG); Bonifácio José Tamm de Andrada (PSDB/MG); Cabo Daciolo (PTdoB/RJ); Cabuçu Borges (PMDB/AP); Caetano (PT/BA); Capitão Augusto (PR/SP); Carlos Manato (SD/ES); Carlos Marun (PMDB/MS); Carmen Zanotto (PPS/SC); Célio Silveira (PSDB/GO); Celso Jacob (PMDB/RJ); Celso Maldaner (PMDB/SC); Celso Pansera (PMDB/RJ); César Messias (PSB/AC); Chico Alencar (PSOL/RJ); Chico D'angelo (PT/RJ); Cleber Verde (PRB/MA); Conceição Sampaio (PP/AM); Covatti Filho (PP/RS); Cristiane Brasil (PTB/RJ); Daniel Almeida (PCdoB/BA); Davidson Magalhães (PCdoB/BA); Diego Garcia (PHS/PR); Dilceu Sperafico (PP/PR); Domingos Gomes de Aguiar Neto (PSD/CE); Dr. João (PR/RJ); Dr. Jorge Silva (PHS/ES); Dr. Sinval Malheiros (PTN/SP); Eder Mauro Cardoso Barra (PSD/PA); Edmilson Rodrigues (PSOL/PA); Eduardo Barbosa (PSDB/MG); Eli Corrêa Filho (DEM/SP); Elizeu Dionizio (PSDB/MS); Elvino Bohn Gass (PT/RS); Enio Verri (PT/PR); Erika Kokay (PT/DF); Erivelton Santana (PEN/BA); Esperidião Amin (PP/SC); Evandro Rogerio Roman (PSD/PR); Expedito Goncalves Ferreira Netto (PSD /RO); Ezequiel Fonseca (PP/MT); Ezequiel Teixeira (PTN/RJ); Fabio Garcia (PSB/MT); Fausto Ruy Pinato (PP/SP); Felipe Bornier (PROS/RJ); Félix Mendonça Júnior (PDT/BA); Fernando Coelho Filho (PSB/PE); Flávia Morais (PDT/GO); Flavinho (PSB/SP); Francisco Alves de Aguiar (PTN/PA); Francisco Ariosto Holanda (PDT/CE); Francisco Danilo Bastos Forte (PSB/CE); Francisco Lopes da Silva (PCdoB/CE); Genecias Mateus Noronha (SD/CE); Geovania de Sa Rodrigues (PSDB /SC); Geraldo Resende (PSDB/MS); Gilberto Nascimento (PSC/SP); Giuseppe Vecci (PSDB/GO); Givaldo Vieira (PT/ES); Glauber Braga (PSOL/RJ); Gonzaga Patriota (PSB/PE); Goulart (PSD/SP); Heitor Schuch (PSB/RS); Henrique Fontana (PT/RS); Heráclito Fortes (PSB/PI); Hildo Rocha (PMDB/MA); Hugo Leal (PSB/RJ); Hugo Motta (PMDB/PB); Ivan Valente (PSOL/SP); Izalci (PSDB/DF); Jaime Martins Filho (PSD/MG); Jair Bolsonaro (PSC/RJ); Jandira Feghali (PCdoB/RJ); Janete Maria Góes Capiberibe (PSB/AP); Jean Wyllys (PSOL/RJ); Jô Moraes



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

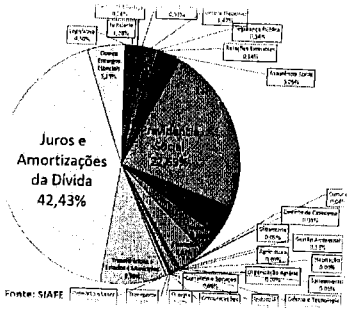
(PCdoB/MG); João Bosco da Costa (PROS/SE); João Carlos Bacelar (PR/BA); João Carlos Siqueira (PT/MG); João Daniel (PT/SE); João Fernando Coutinho (PSB/PE); Joao Henrique Holanda Caldas (PSB/AL); João Paulo Papa (PSDB/SP); João Rodrigues (PSD/SC); Johnathan Pereira de Jesus (PRB/RR); Jony Marcos de Souza Araujo (PRB/SE); Jorge Solla (PT/BA); Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP); Jorginho dos Santos Mello (PR/SC); José Augusto da Silva Curvo (PSD/MT); José Carlos Nunes Júnior (PT/MA); José de Andrade Maia Filho (PP/PI); José Reinaldo Carneiro Tavares (PSB/MA); Jose Stédile (PSB/RS); Jovair Arantes (PTB/GO); Júlio Cesar (PSD/PI); Júlio Delgado (PSB/MG); Keiko Ota (PSB/SP); Laercio Oliveira (SD/SE); Leandre (PV/PR); Lelo Coimbra (PMDB/ES); Leonardo Cunha de Brito (PT/AC); Leonardo Monteiro (PT/MG); Leonardo Picciani (PMDB/RJ); Leopoldo Meyer (PSB/PR); Lincoln Portela (PRB/MG); Lindomar Garçon (PRB/RO); Luciano Ducci (PSB/PR); Lúcio Dutra Vale (PR/PA); Lucio Mosquini (PMDB/RO); Lucio Vieira Lima (PMDB/BA); Luis Carlos Heinze (PP/RS); Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR); Luiz Carlos Ramos (PTN/RJ); Luiz Cláudio (PR/RO); Luiz Couto (PT/PB); Luiz Lauro Ferreira Filho (PSB/SP); Luiza Erundina (PSOL/SP); Mandetta (DEM/MS); Manoel Alves da Silva Junior (PMDB/PB); Mara Cristina Gabrilli (PSDB/SP); Marcelo Aro (PHS/MG); Marcelo Belinati (PP/PR); Marcelo Squassoni (PRB/SP); Márcio Carlos Marinho (PRB/BA); Marcon (PT/RS); Marcondes Iran Benevides Gadelha (PSC/PB); Marcos Rogério da Silva Brito (DEM/RR); Marcus Pestana (PSDB/MG); Margarida Salomão (PT/MG); Maria do Rosário (PT/RS); Maria Laura Monteza de Souza Carneiro (PMDB/RJ); Marinaldo Rosendo de Albuquerque (PSB/PE); Mário Lúcio Heringer (PDT /MG); Marx Beltrão (PMDB/AL); Mauro Lopes (PMDB/MG); Max Freitas Mauro Filho (PSDB/ES); Misael Varella (DEM/MG); Moema Gramacho (PT/BA); Nelson Marchezan Júnior (PSDB /RS); Nelson Meurer (PP/PR); Nilton Capixaba (PTB/RO); Odorico Monteiro (PROS/CE); Onyx Lorenzoni (DEM/RS); Orlando Silva de Jesus Junior (PCdoB/SP); Osmar Serraglio (PMDB/PR); Pastor Eurico (PHS/PE); Pauderney Avelino (DEM/AM); Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG); Paulo Eduardo Lima Martins (PSDB /PR); Paulo Fernando dos Santos (PT/AL); Paulo Foletto (PSB/ES); Paulo Pereira da Silva (SD/SP); Pedro Francisco Uczai (PT /SC); Pedro Pinheiro Chaves (PMDB/GO); Pompeo de Mattos (PDT/RS); Professor Victório Galli (PSC/MT); Rafael Huete da Motta (PSB/RN); Raimundo Angelim Vasconcelos (PT/AC); Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE); Raquel Muniz (PSD/MG); Raul Jungmann (PPS/PE); Reginaldo Lopes (PT/MG); Ricardo Izar Junior (PP/SP); Ricardo Tripoli (PSDB/SP); Rocha (PSDB/AC); Rodrigo Martins (PSB/PI); Rogério Mendonça (PMDB/SC); Rogério Schumann Rosso (PSD/DF); Rômulo Gouveia (PSD/PB); Ronaldo Fonseca de Souza (PROS/DF); Ronaldo José Benedet (PMDB/SC); Ronaldo Lessa (PDT/AL); Ronaldo Nogueira (PTB/RS); Roney Nemer (PP/DF); Rosangela Gomes (PRB/RJ); Rubens Bueno (PPS/PR); Ságuas Moraes (PT/MT); Sérgio Moraes (PTB/RS); Sergio Olimpio Gomes (SD/SP); Sérgio Reis (PRB/SP); Sergio Vidigal (PDT/ES); Silas Freire (PR/PI); Simone Morgado (PMDB/PA); Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ); Tadeu Alencar (PSB/PE); Tenente Lúcio (PSB/MG); Tereza Cristina (PSB/MS); Toninho Wandscheer (PROS/PR); Uldurico Junior (PV/BA); Valmir Assunção (PT/BA); Vanderlei Macris



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

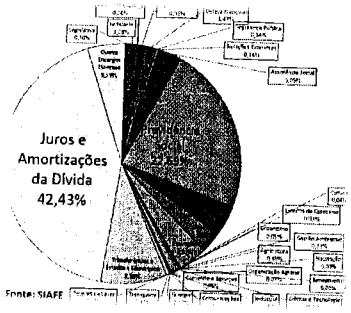
(PSDB/SP); Vicente Cândido da Silva (PT/SP); Vicentinho (PT/SP); Vinicius Carvalho (PRB/SP); Vitor Lippi (PSDB/SP); Wadih Nemer Damous Filho (PT/RJ); Wadson Ribeiro (PCdoB/MG); Waldenor Pereira (PT/BA); Walter Pereira Alves (PMDB/RN); Washington Reis (PMDB/RJ); Weverton Rocha (PDT/MA); Wilson Filho (PTB/PB); e Zé Silva (SD/MG). SENADORES: Os Senadores estão a seguir discriminados: Alvaro Fernandes Dias (PV/PR); Ana Amélia de Lemos (PP/RS); Angela Maria Gomes Portela (PT/RR); Antônio Carlos Valadares (PSB/SE); Benedito de Lira (PP/AL); Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (PPS/DF); Dário Elias Berger (PMDB/SC); Fernando de Souza Flexa Ribeiro (PSDB/PA); Hélio José da Silva Lima (PMDB/DF); João Alberto Rodrigues Capiberibe (PSB/AP); José Antônio Machado Reguffe (Sem Partido/DF); José Antônio Medeiros (PSD/ MT); Lídice da Mata e Souza (PSB/BA); Lindbergh Farias (PT/RJ); Maria de Fátima Bezerra (PT/RN); Paulo Renato Paim (PT/RS); Randolph Frederich Rodrigues Alves (REDE/AP); Roberto Requião de Mello e Silva (PMDB/PR); Romário de Souza Faria (PSB/RJ); Rosilda de Freitas (PMDB/ES); Simone Nassar Tebet (PMDB/MS); Telmário Mota de Oliveira (PDT/RR); Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM); Waldemir Moka Miranda de Britto (PMDB/MS); e Walter de Freitas Pinheiro (PDT/BA).

Manifestaram, textualmente, o compromisso de participar efetivamente dos trabalhos da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública, na condição de membros representantes da sociedade civil, as 84 (oitenta e quatro) entidades a seguir discriminadas: Auditoria Cidadã da Dívida (ACD); Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (APRASC); Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (ADUSB); Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFF-Ssind); Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET); Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso (AFISMAT); Associação dos Funcionários da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (AFALESP); Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais (AFFEMG); Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP); Associação dos Oficiais Estaduais do Rio Grande do Sul (AOfERGS); Associação dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ASPAL); Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE); Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas (ANAPAP); Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP); Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA (ASCEMA Nacional); Associação Nacional dos Servidores do Poder Judiciário (ANSJ); Central do Servidor Público (PÚBLICA); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Central Única dos Trabalhadores - GO (CUT Brasil); Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB); Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF); Confederação Nacional Dos Servidores Públicos (CNSP); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT (CNTSS); Confederação



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG); Confederação Servidores do Poder Legislativo e Tribunais de Contas do Brasil e dos Órgãos Públicos Federais, Distritais, Estaduais e Municipais de Fiscalização/ Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais (CONFELEGIS/ FENALEGIS); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Conselho Regional de Economia - DF (CORECON-DF); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Federação Brasileira da Carreira de Administração Tributária (FEBRAFISCO); Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE); Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo (FESPESP); Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROIFES Federação); Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA); Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC); Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS); Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO); Federação Nacional dos Administradores (FENAD); Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF); Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP); Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributário (Fundação ANFIP); Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP); Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário (IBDPrev); Instituto Justiça Fiscal (IJF); Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE); Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto MOSAP); Rede Jubileu Sul Brasil (Rede Jubileu Sul Brasil); Seção Sindical do ANDES-SN (APRUMA); Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (SINDCEFET-MG); Seção Sindical dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG); Sindicato de Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado do RS (CEAPE Sindicato); Sindicato dos Auditores da Receita Federal do DF (SINDIFISCO/DF); Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Maranhão (SEEBMA); Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais de Mato Grosso (SINDIFISCO - MT); Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Alagoas (SERJAL); Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (SINJUSC); Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado do Espírito Santo (SINDIJUDICIÁRIO/ES); Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (SINDILEGIS); Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (SINDICONTAS/PR); Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia (SINTAJ); Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (SINDSEPERS); Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista (SINDCOP); Sindicato dos Servidores Públicos Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Ação Social do Estado do Paraná (SINDPREVS-PR); Sindicato dos Técnicos Científicos do Rio Grande do Sul

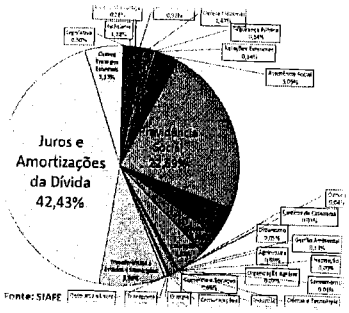


FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

(SINTERGS); Sindicato dos Técnicos Tributários de Rondônia (SINTEC); Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (ASFOC-SN); Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul (SINTRAJUFE/RS); Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD); Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe (SINDIJUS/SE); Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (SINDJUS/DF); Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais (SITRAEMG); Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de SC (SINDPREVS/SC); Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Espírito Santo (SINDPREV/ES); Sindicato Nacional dos Analistas de Finanças e Controle (UNACON Sindical); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES - SN); Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA); Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL); Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (SINPROFAZ); Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (SINASEMPU); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional - Seção Sindical (SINASEFE - IFSC); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE - Seção IFES); Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das Instituições Federais de Ensino Superior (ATENS); Sindicatos dos Servidores do Ministério Públicos do Estado de Goiás (SINDSEMP); e União Geral dos Trabalhadores (UGT).

ABERTURA:

O Mestre de Cerimônia (Paulo Otoran) proclamou a abertura do Ato de Fundação e Constituição da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular anunciando a presença dos parlamentares e saudando a participação de todos os presentes. Para tratar dos assuntos protocolares necessários à fundação da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular, passou a palavra para a Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli para o encaminhamento dos respectivos assuntos protocolares, que compreendem a aprovação (1) do estatuto da Frente Parlamentar, (2) dos nomes parlamentares que assumirão o papel de coordenador e presidente de honra em cada uma das Casas Legislativas e a (3) da logomarca da Frente. Submetido à aprovação dos parlamentares presentes, o Estatuto da Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular foi aprovado sem objeção. Maria Lucia ressaltou que o estatuto prevê a participação de entidades da sociedade civil em coordenação colegiada de parlamentares que contará com a participação de representantes de todos os partidos políticos que desejarem, tendo em vista a importância do caráter suprapartidário dessa Frente, cuja Ficha de Adesão contou com a assinatura de 260 parlamentares.



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

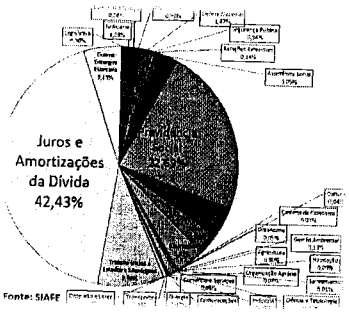
Em seguida, Maria Lucia anunciou que o estatuto prevê a eleição de um coordenador no âmbito do Senado Federal e um coordenador no âmbito da Câmara dos Deputados, sendo que os referidos parlamentares exercerão simultaneamente o papel de coordenador e presidente de honra da Frente, representando cada Casa Legislativa. Foram apresentados e aprovados os nomes dos presidentes de Honra, consultados previamente e indicados no ato da fundação e constituição, respeitando-se a pluralidade partidária da Frente, quais sejam: o Presidente de Honra e Coordenador no âmbito da Câmara dos Deputados, o Deputado Edmilson Rodrigues, autor da emenda LDO de 2017 que prevê Auditoria da Dívida com Participação Social, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/PA) e Presidente de Honra e Coordenador no âmbito do Senado Federal, o Senador João Capiberibe, do Partido Socialista Brasileiro (PSB/AP).

Finalizando o cumprimento das formalidades protocolares, foi submetida à aprovação dos presentes a proposta de logomarca da Frente, cuja imagem foi apresentada por meio de quatro cartazes (formato banner) expostos no local da fundação e constituição da Frente, contendo o título "Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular" e o gráfico do orçamento federal executado em 2015, em cores indicativas das parcelas destinadas a cada rubrica orçamentária. A logomarca proposta foi aprovada por unanimidade.

Maria Lucia destacou que o lançamento desta Frente constitui momento histórico muito relevante, pois a auditoria da dívida está prevista na Constituição Federal de 1988, artigo 26 da ADCT, até hoje descumprido, e ressaltou que essa Frente Parlamentar, que conta com a participação da sociedade, será um importante passo para se fazer cumprir o referido dispositivo constitucional, e os coordenadores Deputado Edimilson Rodrigues e Senador João Capiberibe serão os coordenadores dessa tarefa.

Cumpridas as formalidades protocolares, o mestre de cerimônia passou a chamar os parlamentares presentes. Usaram da palavra:

Edmilson Rodrigues (Deputado PSOL/PA) – Iniciou ressaltando que a deputada Luíza Erundina seria a mais indicada para presidir os trabalhos da Frente, por sua atuação em tantos mandatos lutando pelo cumprimento do art. 26 da Constituição, mas devido à sua candidatura à prefeitura da megalópole de São Paulo, ela não poderia aceitar. Em seguida, ressaltou a importância da participação ativa das entidades da sociedade civil, especialmente a Auditoria Cidadã da Dívida para a garantia do funcionamento da Frente. Denunciou que sequer sabemos quem são os detentores dos títulos da dívida e afirmou que a auditoria é necessária, que há uma verdadeira falcatrua institucionalizada para legitimar esse tipo de negação de informações, porque ao se negar informações se permite que essa dívida seja uma dinâmica espiralada, insustentável! De 60 bilhões de reais no início do governo de Fernando Henrique, hoje chegamos a 4 trilhões!

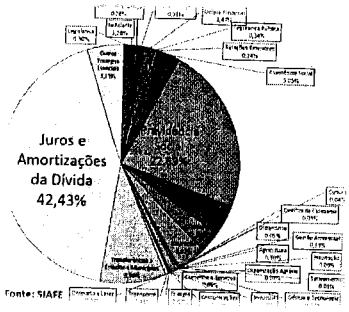


FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Como estão que alguém tem a coragem de dizer que não é necessária auditar a dívida? Reafirmou o sentimento e a consciência de soberania nacional e o compromisso com o futuro, conclamando a todos os partidos que queiram somar são bem-vindos, e principalmente, os pensadores brasileiros e as entidades da sociedade civil.

João Capiberibe (Senador - PSB/AP) – Cumprimentou os presentes, especialmente a deputada Luiza Erundina, e agradeceu a todos por sua designação para a presidência de honra da Frente no âmbito do Senado. Ressaltou a relevância dos recursos absorvidos anualmente pela dívida pública e comparou: como um pai de família sobrevive com a metade da renda? Afirmou que é o que está acontecendo atualmente, tendo em vista que em 2015, quase 43% do orçamento da União foi destinado para juros e serviços da dívida e neste ano a previsão é de 50%, o que considera impeditivo à sobrevivência. Manifestou que a discussão mais importante nesse momento deveria ser a dívida pública, mas de forma didática e compreensível para a população, que certamente se levantará quando compreender essa extorsão internacional. Esse é o nosso enorme desafio: comunicar, utilizando as redes e essa a sociedade presencial aqui, é que vai assumir um compromisso conosco de entrarmos nas redes sociais para dizer à sociedade brasileira que não como sobreviver pagando a metade da nossa renda em juros da dívida pública, superando o dispositivo que nos proíbe até discutir a dívida pública. Mencionou a multiplicação insustentável da dívida do Estado do Amapá, apesar do pagamento, e finalizou pedindo a energia dos presentes, a força para primeiro informar, depois trazer o povo para dentro do Congresso e dar um basta nesta situação.

Luiza Erundina (Deputada - PSOL/SP) – Elogiou o trabalho que vem sendo realizado pela coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida e destacou que uma frente parlamentar mista com deputados e deputadas, senadores e senadoras, e com participação popular, tem um potencial para além das outras frentes parlamentares, porque afirma que tem energia do povo, força popular e a possibilidade de se construir pressão política sobre quem tem o dever, a responsabilidade de decidir sobre essa questão. Ressaltou a necessidade de o tema permear as eleições municipais, assumindo publicamente o compromisso de inclui-lo em seu programa que será apresentado à Justiça Eleitoral em São Paulo. Explicou a relação da dívida com projetos em discussão no Congresso, como o [PLP 257] que tenta institucionalizar um acordo para as dívida dos estados exigindo o congelamento do salário dos trabalhadores públicos, a limitação do teto para as despesas sociais. Denunciou que a absorção de R$ 505 bilhões de juros em 2015 é um crime que legitima nossas crianças e adolescentes, os trabalhadores desempregados, o povo sofrido do nosso país, por isso considera essa Frente Parlamentar com Participação Popular uma ferramenta indispensável para que se faça justiça fiscal, se faça justiça tributária, para que haja possibilidade de se fazer justiça social.



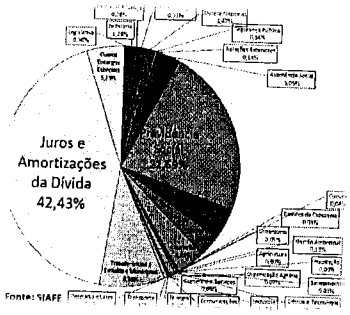
FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Jandira Fegalli (Deputada - PCdoB/RJ) – Ressaltou que a auditoria é um instrumento de transparência e como tal não apareceu na Constituição por acaso, tendo em vista que em 1988 se vivia um período onde a transparência era nula. Reafirmou a necessidade desse instrumento de transparência e o controle das contas públicas, tendo em vista a proposta de emenda constitucional [PEC 241] que limita, por 20 anos, o teto de custeio e investimento, desconstruindo o pacto universalista das políticas públicas brasileiras, com retirada de direitos, reformas previdenciárias e tantas outras, pois não há limite para pagar juros aos bancos e ao sistema financeiro. Finalizou fazendo justa homenagem a alguém que não está mais entre nós, mas que foi uma pessoa absolutamente dedicada ao estudo do orçamento e à bandeira da auditoria, o deputado Sérgio Miranda, que se aqui estivesse estaria na cabeça dessa batalha, recebendo o aplauso de todos os presentes. E viva a auditoria! Viva a frente parlamentar! E viva a luta que vocês estão fazendo!

Ivan Valente (Deputado - PSOL/SP) – Como proponente da CPI da Dívida Pública, mencionou que com o apoio total da Auditoria Cidadã da Dívida, investigou as ilegalidades, irregularidades e as "maracutaias" que foram feitas por diferentes governos que causaram rombos monumentais e que não são levadas em conta, como os juros sobre juros, crime já decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Hoje, acaba de ser votada na CCJ, a PEC 241 para prejudicar o funcionalismo público ao invés de suspender o pagamento da dívida e fazer a auditoria da dívida, e no Plenário está o PLP 257: tudo tem haver com a dívida Pública. Se nós queremos pensar um sistema diferente, outro modelo econômico, essa é a bandeira principal que todos os sindicatos, movimentos sociais, trabalhadores e trabalhadoras brasileiras deveriam assumir - auditoria da dívida pública – para que os recursos se destinem à saúde, educação, moradia, transporte e segurança pública. Auditoria da dívida já!

João Daniel (Deputado - PT/SE) – Empenhou seu compromisso de atuar nesta Frente Parlamentar, pois sabemos o quanto os bancos lucram e tiram o sangue e suor do povo brasileiro, e como os programas e projetos são prejudicados por conta de nunca termos realizado a auditoria desta dívida. Destacou que contará com o apoio da Assembleia Legislativa de Sergipe para realizar audiência pública e levar o debate da Frente também para o Estado de Sergipe, com as entidades e os movimentos sociais pela auditoria imediata da dívida pública.

Maria do Rosário (Deputada - PT/RS) – Mencionou que o PLP 257 rasga direitos e mistura a renegociação da dívida dos estados com a retirada de direitos de servidores e o fim de políticas públicas no âmbito dos estados. A CCJ mais uma vez rasgou a Constituição, acabando com direitos e garantias fundamentais, ao admitir a constitucionalidade da PEC 241. Quando a bandeira da auditoria vem com a força dessa Frente Parlamentar, nós temos que nos agarrar a



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

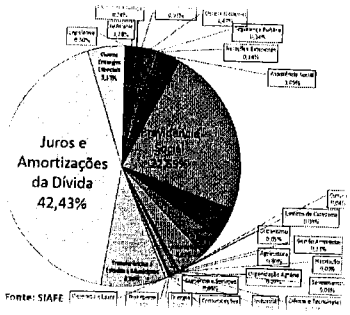
essa bandeira para dizer não aos bancos, não aos sanguessugas. Concluiu reafirmando "Auditoria da Dívida Pública já!".

Glauber Braga (Deputado - PSOL/RJ) – Rechaçou a mordaça dos grandes veículos de comunicação para tema dessa envergadura, e destacou a impressionante capacidade de mobilização e resistência verdadeira e cidadã por parte de todos que têm lutado pela auditoria, tendo em vista que todas as matérias que estão sendo colocadas em votação na Câmara dos Deputados restringem direitos sob a justificativa de que as contas públicas têm que se equilibrar, mas esse equilíbrio proposto é para poucos. Reafirmou seu compromisso com a auditoria cidadã da dívida pública brasileira, porque queremos sim o equilíbrio e a justiça, mas para muitos. "Auditoria Pública da Dívida já!"

Adelmo Leão (Deputado - PT/MG) – Recordou sua atuação na Frente Parlamentar Mineira pela renegociação da dívida pública em 2011, que resultou em documento escrito por Cláudio Gontijo e Fabrício de Oliveira, professores de Universidade Federal de Minas Gerais, em cuja publicação consta o seu compromisso em defesa da auditoria da dívida pública. Estamos vivendo um tempo de câncer no Brasil e um grande tumor que nos atormenta, que nos faz sofrer é esta dívida absurda, inaceitável, distorcida, e que precisa de diagnóstico. Qualquer médico para fazer um bom tratamento tem que fazer um necessário diagnóstico com todos os exames. Auditoria de dívida é fator de diagnóstico. É com auditoria que nós vamos saber quais são as fontes de tomada de empréstimos, para que eles foram destinados, a quem eles serviram, ao povo ou a alguns. Isso é absolutamente necessário, por isso estamos aqui para reafirmar o compromisso pela auditoria da dívida, em defesa do Brasil, da justiça, da dignidade humana. Auditoria cidadã da dívida já!

Luiz Couto (Deputado - PT/PB) – Criticou o PLP 257 e a PEC 241, anunciando que logo virão também projetos para acabar com a Previdência Social e modificar a legislação trabalhista, por isso afirmou que irão fazer a auditoria da dívida, pois querem limitar os recursos para a saúde, educação, segurança, cultura, infraestrutura, limitar tudo para destinar o dinheiro para pagar a dívida aos bancos. aqueles que ganham dinheiro às custas do sofrimento.

Enio Verri (Deputado - PT/PR) – Ressaltou que na ótica do PLP 257 e da PEC 241 o problema da dívida estaria resolvido com a contenção dos salários dos trabalhadores. Não se toca no assunto da taxa de juros, da dívida, dos interesses dos banqueiros, por isso é fundamental a auditoria da dívida. Se reduzíssemos as taxas de juros em 1 ou 2% ainda teríamos a taxa de juros mais alta do mundo, mas seria o suficiente para não terem que cortar direitos e para o equilíbrio das contas do Brasil. Essa é uma questão de classe, de escolha, de linha e, principalmente, de conceito de qual é o papel do Estado. Auditoria da dívida já!

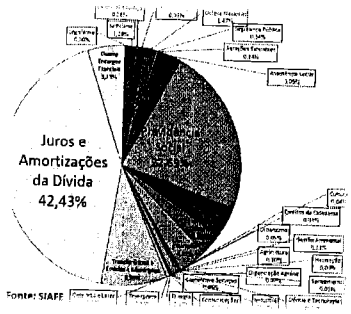


FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Deputada Erika Kokay (Deputada - PT/DF) – Denunciou o caráter extremamente célere em retirar direitos, já que foi aprovada hoje a admissibilidade da PEC 241, mas a dívida pública está intocável. Não existe Estado mínimo para os rentistas, para os banqueiros, para aqueles que lucram com os juros da dívida. O Estado mínimo é para a população brasileira. Temos quase 9% do PIB dedicado ao pagamento dos serviços da dívida; mais de 42% do orçamento federal. Por isso estamos aqui para dizer que exigimos uma auditoria da dívida para que se faça justiça neste país.

Concluídos os pronunciamentos dos parlamentares, foi aberta a palavra aos seguintes representantes da sociedade civil:

Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida) – Agradeceu entidades da sociedade civil que já formalizaram, por carta, o pedido para participar dessa Frente Parlamentar que possui a característica de participação popular, anunciando que já são mais de setenta, e que novas adesões serão acatadas. Afirmou que a chamada dívida pública - tanto federal como dos estados e até de muitos municípios - chegou a patamares insustentáveis, e tem sido usada como justificativa para projetos como o PLP 257 e a PEC 241, que congela por 20 anos os investimentos sociais, afetando principalmente aquela parcela da sociedade que não tem saída fora da rede pública, que se não tiver serviço público não tem como ter acesso à saúde, educação etc. Projetos como a PEC 143 e a 31 que desvinculam receitas sagradas da seguridade social para pagar juros. Essa chamada dívida pública tem sido a justificativa para as contrarreformas como a da previdência, a trabalhista, para as privatizações contínuas de patrimônio público estratégico, como vimos hoje aqui, a manifestação dos petroleiros. E que dívida é essa? A CPI que aconteceu aqui na Câmara dos Deputados provou que essa dívida é um conjunto de escândalos, transformação de dívidas privadas - inclusive de multinacionais e bancos - em dívida pública. Juros excessivos e juros sobre juros que fazem a dívida se multiplicar por ela mesma com base em mecanismos ilegais como o anatocismo. Pagamento de ágio no resgate antecipado de títulos que chegou a setenta por cento do valor de face. Refinanciamento obscuros, transformação de passivos de bancos em dívida pública. Transformações de dívidas em paraísos fiscais sem a menor transparência, dívidas que estavam com suspeitas de prescrição. São muitas coisas para serem investigadas. Só no ano passado, 2015, a dívida interna cresceu 731 bilhões de reais e o volume de investimentos foi apenas de 9 bilhões de reais. Onde foi para esse dinheiro? Por tudo isso, nós temos que exigir com urgência uma auditoria da dívida pública, porque a sociedade está pagando uma conta muito alta. A sociedade está pagando uma conta que não é dela, então nós, sociedade civil, vamos dar as mãos, vamos fazer essa auditoria que comprovará, uma a uma, todas essas irregularidades. Essa Frente poderá desmascarar o temos chamado de Sistema da Dívida, a utilização dessa dívida às avessas: em vez de a dívida pública ser um instrumento que aporta recursos aos orçamentos, temos tido uma contínua sangria de

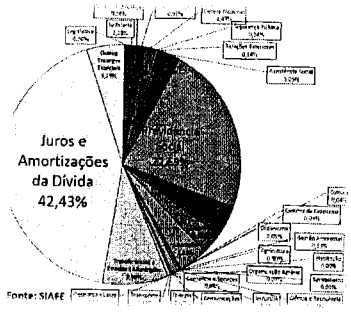


FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

recursos e a dívida só aumenta. Todo ano quase a metade do orçamento federal, grande parte dos orçamentos estaduais e municipais são consumidos pela dívida. Então, a Auditoria Cidadã da Dívida está organizando nove grupos de estudos para apoiar os trabalhos da Frente. Todos que assinaram a lista e informaram endereço eletrônico serão para fazer parte do grupo de estudos. Os temas são: centralidade da dívida pública; a questão dos juros; os mecanismos que geram dívidas sem contrapartida alguma; dívida externa; dívida interna; dívida dos estados; dívida ecológica, e impactos sociais da dívida pública em todas as áreas. Por isso convocamos todas as pessoas, e todas as entidades a designarem representantes para fazer parte desses nove grupos de estudo. São esses grupos de estudos que irão fomentar o debate nesta Frente e impulsionar os parlamentares para adotarem medidas, então, esses grupos de estudos serão de suma importância. Afirmou que o Brasil é rico, abundante e que tem condições de garantir vida digna, mas está amarrado por conta de uma dívida ilegal, ilegítima e fraudulenta. Finalizou agradecendo a expressiva presença de mais de duzentas pessoas, apesar das restrições de acesso no Congresso Nacional, e afirmou que esse lançamento já constitui uma grande vitória e prosseguiremos juntos com esse trabalho.

Ogib Teixeira de Carvalho Filho (FENAFIRC e PÚBLICA Central do Servidor) – Ressaltou a importância da coesão dos servidores públicos dos três Poderes e do combate à terceirização, para se retomar a rédea dos serviços públicos. Não podemos deixar que os banqueiros tomem conta deste país, lembrando que estávamos com cerca de 6 milhões de desempregados quando Joaquim Levi surgiu do nada e desempregou mais 6 milhões. Tudo para pagar uma dívida que não nos pertence e que não está sendo permitido que a auditemos. Precisamos auditar esta dívida, cumprir o mandamento constitucional. Reafirmou o apoio à Frente e conclamou todas as centrais a se unir nesta luta, que vai ser dura, pois os que estão sendo escolhidos para o novo governo são oriundos do capital internacional e do capital nacional, todos prestam serviço ao sistema financeiro e não nos podemos enganar, eles não estão a nosso serviço, não estão à serviço do Brasil.

Cosme Ricardo Gomes Nogueira (CSB – Central de Sindicatos Brasileiros) – Expressou indignação às restrições de acesso ao Congresso Nacional, informando que centenas de militantes sindicalistas, homens e mulheres de bem estão sendo impedidos de entrar. Reafirmou o apoio da CSB, de todos os seus sindicatos filiados, e da CSPB, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, para a Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública. Ressaltou a importância da unidade dos trabalhadores e das centrais para esse enfrentamento, e, ao mencionar o PLP 257 e a PEC 241, destacou a necessidade da auditoria da dívida, que todos os anos consome mais de 40% do orçamento da União, afetando a saúde, a educação e programas sociais, e não é possível concordar com isso.



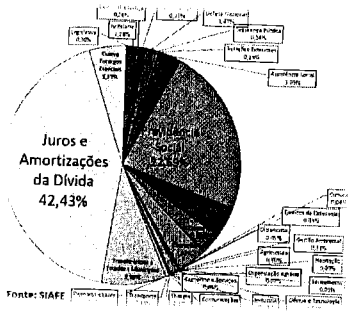
FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Luciano Wolffenbuttel (SINDPREVS) – Ressaltou a celebração dos 15 anos da Auditoria Cidadã da Dívida com a construção de uma ferramenta importantíssima, a Frente Parlamentar, que tem a possibilidade de unificar as pautas de todos os setores, pois o Sistema da Dívida é o núcleo duro de tudo o que está acontecendo. Enalteceu o empenho na construção da luta pela auditoria da dívida, que hoje tem a oportunidade de aprofundar o conhecimento para enfrentar o Sistema Financeiro nacional e mundial.

Josué Martins (CEAPE) – Denunciou que a cada crise a responsabilidade é colocada sobre os ombros da sociedade e especialmente sobre os servidores públicos em todas as esferas, impondo políticas de austeridade fiscal que têm reduzido a capacidade do Estado para prestar serviços, ao mesmo tempo em que é aumentada a transferência de renda ao setor financeiro. Ressaltou o Sistema da Dívida Pública identificado pela Auditoria Cidadã da Dívida aponta para a utilização do mecanismo da dívida como uma forma de capturação dos orçamentos públicos pelos setores rentistas com artifícios "espúrios", "ilegais" e "corruptos" e submissão aos interesses dos países centrais e das grandes corporações multinacionais; um fenômeno mundial que fragiliza nossa capacidade de controle sobre nossas riquezas. A Dívida Pública tem sido o instrumento central de sustentação das formulações das políticas de austeridade fiscal. A cada ponto percentual a menos na taxa SELIC, diminuiria o custo da dívida em 15 bilhões de reais, e cerca de 11 pontos a menos zeraria o déficit anunciado pelo governo. As dívidas das unidades subnacionais negociadas no PLP 257 estão diretamente ligadas às dívidas da União por força do fio condutor constante do artigo 12 da lei federal 9.496/97 e o artigo 12 da MP 2195/01. Para a construção de um Brasil melhor é necessária uma profunda auditoria da dívida da União, assim como da dívida dos estados e municípios. Auditoria já para acabar com o terror fiscal e pelo fim do "austerissídio".

Antonio Carlos Fernandes Lima Junior (FENALEGIS, Pública – Central do Servidor e CONACATE) – Declarou, em nome de todas as entidades que representa, que os servidores, a estrutura estável de Estado, é parceira e solidária à luta que está sendo empreendida pela Auditoria Cidadã da Dívida, porque os trabalhadores pagam tributos e movimentam a economia. Ressaltou a necessidade de auditoria para saber para onde vão os 50% dos recursos financeiros da União.

Moacir Lopes (FENASPS) – Ressaltou o apoio da FENASPS desde o início da Auditoria Cidadã e destacou que este é um momento importante para toda a classe trabalhadora que defende a educação, a saúde pública, a previdência social, o serviço público de qualidade, pois tudo que é público tem que servir à população e não aos interesses dos capitalistas. Defendeu uma Auditoria da Dívida Pública para que não se pague juros absurdos a banqueiros.



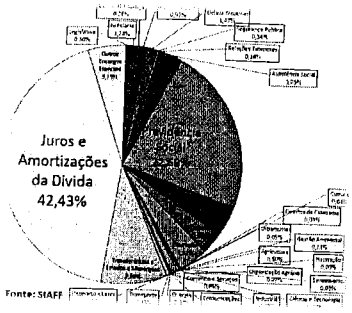
FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Luiz Acosta (ANDES) – Destacou que o ANDES tem aprovado apoio congressual à Auditoria Cidadã da Dívida, pois entendem que o problema da dívida pública, é um problema atual, internacional e também nacional, é a forma como hoje opera o imperialismo em escala internacional. Por isso esse tema está afetando países europeus, asiáticos, africanos e, obviamente, a América Latina. É um problema antigo e todas as medidas que estão agora sendo discutidas no Congresso, o PLP 257, a Proposta de Emenda Constitucional 241 e todas as outras propostas que retiram direitos dos trabalhadores fazem parte desse sistema da dívida pública, deste sistema de opressão e exploração de trabalhadores, tanto nacional como internacional. Por isso vamos participar com todas as nossas forças. Auditoria da Dívida Pública já!

Elcimara Sousa (FENAJUFE) – Manifestou que o lançamento da Frente ocorre em momento ímpar, quando temos votação do PLP 257, da PEC 241, que atacam os servidores públicos para garantir mais dinheiro para essa dívida, que já foi paga há muito tempo, que é totalmente "imoral", "ilegal" e que não é nossa. Completou que é preciso fazer auditoria para provar que a dívida já foi paga, e é bom que se lembre que o governo do PT vetou a possibilidade de realização de auditoria da dívida [que havia sido aprovado no PPA 2016-2019]. Auditoria da Dívida já! E não pagaremos por essa crise e por essa dívida.

Amauri Perusso (FENASTC) – Relatou grave fato ocorrido no Rio Grande do Sul, onde um funcionário da Defensoria Pública havia conquistado liminar para aquisição de medicamento para criança que corria risco de vida, mas o Secretário de Fazenda do Estado não pôde cumprir a liminar, porque o banqueiro Levy havia sequestrado todas as contas bancárias do Estado do Rio Grande do Sul, que estavam zeradas. E não adiantava prender o Secretário da Fazenda, porque disso não resultaria dinheiro necessário para a compra de medicamentos especiais para salvar uma vida. Isso tem a ver com a auditoria da dívida. Pagamos R$280 milhões de reais por mês à União. Disseram que a União quebraria se estados e municípios tivessem zerado a dívida, mas o que pagam é o equivalente a 2% das receitas da União. A determinação dos banqueiros, quer seja do governo Dilma ou Temer é: nada para o povo ou morte para o povo, se necessário, para pagar e acumular as riquezas e a rentabilidade do sistema financeiro. É urgente, é imediato, é para agora a auditoria da dívida para desconstruirmos a miséria e a morte e liberarmos o Brasil para produzir bens e riquezas para o seu povo e para transformar nossa Nação num Estado digno.

Atenágoras Lopes (CONLUTAS Central Sindical e Popular) – Afirmou que esse lançamento representa uma conquista da classe trabalhadora, e a participação das 70 entidades indica que vai dar certo, mas dependerá de nós, pois não queremos apenas auditar, mas parar de pagar o que já foi pago de várias formas, nas filas dos hospitais e no desemprego. Há 12 milhões de pais e mães de família desempregados, sem nenhuma perspectiva de vida com os seus filhos.



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

Portanto, é momento de aproveitar e fortalecer a auditoria para não pagar a dívida e construir nas ruas uma participação popular e de classe, e construir um governo da nossa classe que não governe mais para a banca internacional.

Heloíza Pereira (Central Intersindical) – Frisou que o fato de o lançamento da Frente ocorrer no *Hall* e não no Salão Nobre anteriormente reservado mostra que o tema da Auditoria da Dívida incomoda o Parlamento, que está discutindo o PLP 257, a PEC 241, que significam ajuste fiscal contra trabalhadores, a entrega do pré-sal. Por isso é tão importante o lançamento dessa Frente Parlamentar.

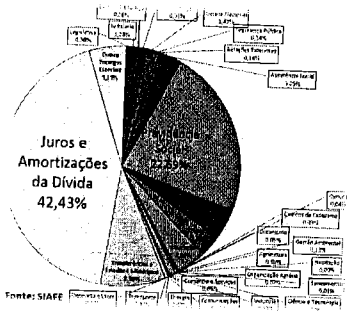
Jomar Mendes Gaspary (FENAFISCO) – Salientou que o fisco estadual e distrital brasileiro está ao lado do projeto da Auditoria da Dívida Cidadã e que o problema que a Nação Brasileira vive nesse momento é um problema de receita, devido à falta de investimento na administração tributária. Quanto à dívida, questionou por que que não se faz a auditoria. Lembrou da iniciativa de auditoria pelo presidente Getúlio Vargas, que reduziu em quase 50% a dívida. A auditoria vai descobrir que temos dívidas que não têm lastro em bens, serviços e direitos para a sociedade brasileira. A auditoria cidadã da dívida é uma obrigação que nós devemos aos nossos filhos e não se pode aceitar, de maneira nenhuma, a negativa de certos políticos em fazer a auditoria.

Giovanny Mazzarotto (ASFOC) – Afirmou que esse círculo vicioso da dívida e seus tentáculos, que tanto afeta a nossa vida e a nossa família, precisa ser auditada. Finalizou reafirmando seu compromisso em ajudar a auditar e propagar; para nos libertar dessas garras, devemos falar com todos sobre a Auditoria Cidadã da Dívida.

Paulo Rodrigo Alves dos Reis (SINASEFE) – Destacou que o lançamento da Frente representa um passo fundamental em relação ao tema da auditoria dívida pública nessa Casa, mas é preciso compreender que, para a classe trabalhadora, não basta auditar, porque a dívida já foi paga algumas vezes, por isso que é necessário suspender o seu pagamento e não pagar nenhum centavo que não se deve. O Brasil tem sido roubado há muito tempo e não podemos permitir que seja saqueado por uma turma de banqueiros.

Gibran Jordão (FASUBRA) – Ressaltou a parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida, que tem denunciado os problemas acarretados pelo PLP 257 e pela PEC 241, ambos em debate nesse dia, e representam ataques ao funcionalismo público. Ressaltou a necessidade de construção de mobilizações nacionais que convoquem greve geral no país, denunciando parlamentares que votaram nesses projetos.

Paulo Lindesay (ASSIBGE) – Afirmou a necessidade dessa Frente para pedir a auditoria da dívida, porque nos debates do PLOA [projeto de lei orçamentária], os parlamentares não falam da



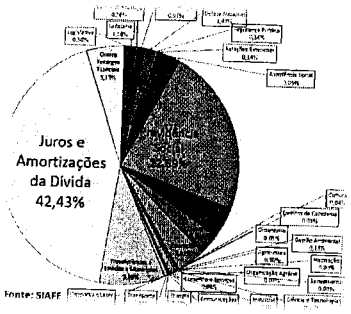
FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

destinação de um trilhão, trezentos e quarenta bilhões de reais para banqueiros; não tocam nessa questão. Precisamos da auditoria para ver qual a necessidade dessa enxurrada de recursos. Informou que o Núcleo RJ está fazendo auditoria da dívida do Rio de Janeiro e que o congelamento previsto no PLP 257 e na PEC 241 já está acontecendo no Estado, que tem assumido contratos com inúmeras condicionalidades e privatizado suas estatais. Para finalizar, R$ 70 bilhões de dívida ativa serão securitizados e entregues aos bancos. É por isso que precisamos da auditoria da dívida.

Victor Hohl (Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal) – Afirmou que, na condição de economista, poderia debater muito sobre os temas abordados nas diversas falas, mas ressaltou a importância da participação popular e dos grupos de estudos organizados pela Auditoria Cidadã da Dívida. Destacou que coordenará um dos grupos e, se a sociedade não participar, principalmente nesse ano de eleições, seguramente, essa movimentação da dívida continuará se agravando. Por isso reafirmou o compromisso de lutar e tornar efetiva a participação popular, convidando a todos a participarem dos grupos de estudos.

Maria Lucia Fattorelli (Auditoria Cidadã da Dívida) – Ressaltou que é obrigação da Câmara e do Senado dar uma resposta à sociedade que paga essa conta. Nós, da sociedade civil, vamos fazer a nossa parte. Nós vamos colocar em prática o que tá escrito na Constituição e muitas vezes não é cumprido. Essa Casa é do povo e como povo, nós vamos entrar aqui, participar ativamente dessa Frente, contribuir com nosso trabalho voluntário - é bom que se diga o nosso trabalho voluntário - pelo país, pelo povo que está pagando uma conta que não deve. O Brasil é rico. O Brasil é o país da abundância. O Brasil é o país que tem condições de garantir vida digna, escolas deslumbrantes, centros de saúde de excelência para todos os habitantes desse planeta. O Brasil tem condições de alimentar o mundo e o Brasil está amarrado, o Brasil está de joelhos, por conta de uma dívida ilegal, ilegítima e fraudulenta. A ferramenta que prova tudo isso é a auditoria, por isso, que nós vamos entrar aqui e vamos fazer essa auditoria, todos juntos. Para encerrar, é preciso agradecer, principalmente, aos servidores dessa Casa, que nos ajudaram desde o primeiro momento, apesar dos boicotes que têm sido colocados jogando a gente pra lá e pra cá; os servidores vieram, montaram esse palco aqui no meio do caminho e o ato foi realizado. Está criada a Frente Parlamentar Mista pela Auditoria da Dívida Pública com Participação Popular. Está criada!

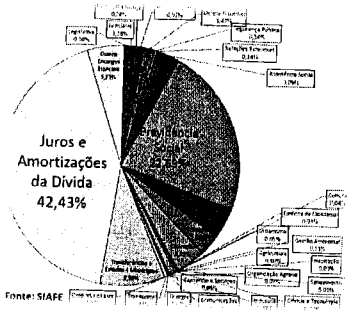
Em seguida, os presentes posaram para a foto final, proclamando Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já! Auditoria já! E, ao mesmo tempo, erguendo inúmeros cartazes com os dizeres Não aceitamos o privilégio da Dívida. Auditoria Já!; Repudiamos usar Dívida Ilegítima para justificar contrarreformas. Auditoria Já!; Repudiamos o PLP 257/2016. Auditoria Já!; Não ao PLP



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

257/2016: Engodo de renegociação para retirar direitos. Auditoria Já!; Repudiamos a PEC 241/2016. Auditoria Já!; Não à PEC 241/2016: 20 anos sem direitos. Auditoria Já!; Repudiamos as PEC 143/2015 e PEC 31/2016. Auditoria Já!; Não aceitamos o aumento da DRU. Auditoria Já!; Não ao desmonte da Seguridade Social. Auditoria Já!; Não à falácia do déficit da Previdência. Auditoria Já!; Não existe o rombo da Previdência. Auditoria Já!; A Dívida é ilegal. Auditoria Já!; A Dívida é ilegítima. Auditoria Já!; A Dívida é uma fraude. Auditoria Já!; A Dívida ilegítima trava o Brasil. Auditoria Já!; A Dívida ilegal paralisa o Brasil. Auditoria Já!; A política monetária do BC sufoca o Brasil. Auditoria Já!; A crise não é responsabilidade dos servidores. Auditoria Já!; A crise não é responsabilidade dos trabalhadores. Auditoria Já!; A crise não é responsabilidade dos gastos com direitos sociais. Auditoria Já!; A crise não é responsabilidade da sociedade. Auditoria Já!; Onde estão os R$ 480 bi de 2015? Auditoria Já!; Quem são os detentores dos títulos da Dívida? Auditoria Já!; Para quem pagamos os maiores juros do mundo? Auditoria Já!; Por que as taxas de juros do Brasil são as mais altas do mundo? Auditoria Já!; Banco Central garante capitalismo sem risco para os bancos. Auditoria Já!; Não à privatização do Banco Central. Auditoria Já!; Não às privatizações para pagar Dívida. Auditoria Já!; Não à independência do Banco Central. Auditoria Já!; Juros altos: quem ganha com isso? Auditoria Já!; Por que os bancos decidem os juros que o cidadão paga? Auditoria Já!; O Banco Central retira de circulação R$ 1 trilhão e amarra a economia. Auditoria Já!; Prejuízo do Banco Central vira Dívida pública! Auditoria Já!; Não ao PLS 204/2016: esquema criminoso. Auditoria Já!; US$ 375 bi de reservas internacionais e temos déficit? Auditoria Já!; US$ 375 bi de reservas + R$ 1 trilhão no Banco Central + R$ 480 bi de superávit! Auditoria Já!; A Dívida cresce sem contrapartida. Auditoria Já!; Dívida interna cresceu R$ 732 bilhões em 2015. Como assim? Auditoria Já!; Dívida dos Estados é nula: não admitimos pagar o passivo dos bancos (PROES). Auditoria Já!; PROES é ilegítimo. Auditoria Já!; PROER é ilegítimo! Auditoria Já!; Não há transparência na origem da Dívida. Auditoria Já!; Somos credores de uma Dívida ecológica histórica. Auditoria Já!; A Dívida está sendo paga com fome e miséria no rico Brasil. Auditoria Já!; A Dívida provoca injustiça social. Auditoria Já!; Tem dinheiro para a Dívida, mas não para os direitos sociais. Auditoria Já!; 42,43% para a Dívida e 3,91% para a educação. Auditoria Já!; 42,43% para a Dívida e 4,14% para a saúde. Auditoria Já!; 42,43% para a Dívida e 0,27% para a ciência e tecnologia. Auditoria Já!; 42,43% para a Dívida e 0,01% para saneamento. Auditoria Já!; 42,43% para a Dívida e 0,34% para a segurança pública. Auditoria Já!; 42,43% para a Dívida e 0,04% para a cultura. Auditoria Já!; 42,43% para a Dívida e 0,43% para o transporte. Auditoria Já!; Essa Dívida não é nossa! Auditoria Já!; Não fale em pagar a Dívida. Antes Audite! Auditoria Já!.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos às dezoito horas e quarenta minutos. O evento foi integralmente registrado em vídeo e degravado em sua totalidade o conteúdo. E, para constar, foi lavrada a presente Ata, que, lida, discutida e



FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA COM PARTICIPAÇÃO POPULAR

aprovada, é assinada pelo Coordenador da Frente Parlamentar Mista no âmbito da Câmara dos Deputados, Deputado Edmilson Rodrigues e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados.

Deputado Edmilson Rodrigues

Coordenador da Frente Parlamentar Mista no âmbito da Câmara dos Deputados